

**APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO, NA
EVIDENCIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA CEARÁ NO PERÍODO
DE 2008 A 2018.**

Carlos Renan Santos de Oliveira

carlos.oliveira39@aluno.unifametro.edu.br

Centro Universitário Fametro – Unifametro

Francisco Marcelo Carvalho Alves

Francisco.alves@professor.unifametro.edu.br

Centro Universitário Fametro – Unifametro

Liliana Farias de Lacerda

coordenacaocontabeis@professor.unifametro.edu.br

Centro Universitário Fametro – Unifametro

Talyta Oliveira Eduardo

talyta.oliveira@professor.unifametro.edu.br

Centro Universitário Fametro – Unifametro

Daniel Angelim de Alcântara

daniel.alcantara@professor.unifametro.edu.br

Centro Universitário Fametro – Unifametro

Antonia Morgana Coelho Ferreira

Antonia.ferreira@professor.unifametro.edu.br

Centro Universitário Fametro – Unifametro

Título da Sessão Temática: *Contabilidade, Controladoria e Finanças*

Evento: VII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo geral, verificar a execução da evidenciação e mensuração do imobilizado, com base nos procedimentos determinados pelas IPSAS na Prefeitura Municipal de Fortaleza Ceará 2008 a 2018 e objetivos específicos, evidenciar as mudanças provocadas pelo processo de convergência às normas internacionais, quanto a mensuração e evidenciação do patrimônio imobilizado público; identificar o que exige a legislação vigente em relação à contabilidade pública voltada para o registro e controle de seus ativos imobilizados. Quanto a metodologia aplicada, propõe-se uma pesquisa participante, na qual seja descritiva e explicativa de caráter qualitativo, conforme as técnicas de observação e pesquisa bibliográficas, como também, através de análise documental dos relatórios e demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no Ceará, no período de 2008 a 2018. Os

resultados revelaram que no período de 2008 a 2013 a Prefeitura de Fortaleza não evidenciou como foi realizada a mensuração do ativo imobilizado, somente a partir do ano de 2014. Verificou-se também, que apenas os bens móveis estão sendo evidenciados e mensurados. Conclui-se ao final, que a Prefeitura Municipal de Fortaleza não executou adequadamente a mensuração e evidenciação de seu ativo segundo as normas internacionais. A mesma está em fase inicial de convergência e deve, portanto, continuar o trabalho de adesão gradativa aos procedimentos orientados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para demonstrar uma situação patrimonial adequada com a realidade.

Palavras-chave: IPSAS. Normas, Mensuração. Evidenciação. Patrimônio Público.

INTRODUÇÃO

O Brasil se encontra em um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, (do inglês *International Public Sector Accounting Standards*), conhecidas como IPSAS. Segundo matéria datada, de 02 de junho de 2017, divulgada no site do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), as cinco primeiras normas já foram publicadas com vigência a partir de janeiro de 2017. Conforme disposto na portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 548/2015, a adoção gradual das normas internacionais aplicadas ao setor público se dará até 2024. A matéria menciona também, uma afirmação do Coordenador Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional, Leonardo Nascimento, este afirma que “o Brasil, é o único exemplo onde as IPSAS estão sendo implantadas em todas as esferas, Federal, Estadual e Municipal, simultaneamente”.

Um marco inicial importante, para o processo de consolidação da contabilidade pública Brasileira, foi a edição da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu regras com a visão de construir administrações financeiras e contábeis mais sólidas, porém, devido ao enfoque orçamentário dado pela Lei, a evidenciação dos aspectos patrimoniais ficou defasada. No ano de 2000, a publicação da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, veio proporcionar o equilíbrio das contas públicas, estabelecendo normas de finanças públicas direcionadas para a transparência e responsabilidade da gestão fiscal, contudo, a necessidade de uma análise mais profunda dos fenômenos patrimoniais das entidades do setor público, dos impactos orçamentários e financeiros decorrentes daqueles, levaram o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no ano de 2008, a publicar um documento intitulado “Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil”, no qual foram definidas diretrizes estratégicas confirmando a Contabilidade Aplicada ao Setor Público como ciência, bem como também o seu objeto de estudo.

Em 25 de Agosto de 2008, a portaria nº 184 veio atribuir à STN a responsabilidade de

desenvolver ações com a finalidade de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, publicadas pela Federação Internacional de Contadores (do inglês *International Federation of Accountants*) IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), estas, editadas pelo CFC. Atendendo a essa prerrogativa, em 2009 a STN criou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a observância do mesmo, é de caráter obrigatório para todas as entidades da Federação, o manual está em conformidade com o que é disposto nas NBC TSP e IPSAS, desta forma o CFC é o responsável pela edição das normas que são a base conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil e a STN é responsável pela edição do MCASP, que estabelece as regras de implantação das NBC TSP consonante as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Promulgada em 21, de novembro de 2013 a portaria 634, trata das diretrizes, sobre os procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual. (PORTARIA STN Nº 634,2013).

Constam também da portaria supracitada, os prazos para implementação das normas e procedimentos, como consequência das disposições estabelecidas na mesma, em 29 de setembro de 2015, é publicada no Diário Oficial da União a portaria STN nº 548, que trata do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, nesse documento são definidos os prazos-limites obrigatórios relativos à implantação dos mesmos.

A contabilidade pública, segundo Kohama (2016, p. 37), “[...] tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios[...]”, diante desse conceito, podemos constatar que para uma precisa compreensão dos fenômenos patrimoniais que impactam na estrutura orçamentária e influenciam na tomada de decisão, por parte da gestão pública, é imprescindível que a contabilidade aplicada a esse setor, empregue procedimentos contábeis conceitualmente sólidos, que permitam o correto registro e controle dos fatos contábeis das entidades da Federação.

Com base nas regras definidas pelo MCASP e dos prazos estabelecidos pela portaria da STN nº 548, a presente pesquisa procura responder ao seguinte problema: A Prefeitura Municipal de Fortaleza Ceará, executou adequadamente, no período de 2008 a 2018 a evidenciação e mensuração do ativo mobilizado com base nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Para tanto, a pesquisa propõe como Objetivo Geral, verificar a execução, evidenciação

e mensuração do ativo imobilizado, com base nos procedimentos determinados pelas IPSAS na Prefeitura Municipal de Fortaleza Ceará de 2008 a 2018 e objetivos específicos, evidenciar as mudanças provocadas pelo processo de convergência às normas internacionais, quanto a mensuração e evidenciação do patrimônio imobilizado público; identificar o que exige a legislação vigente em relação à contabilidade pública voltada para o registro e controle de seus ativos imobilizados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa tem a finalidade de averiguar se a Prefeitura Municipal de Fortaleza, no período de 2008 a 2018, executou adequadamente a evidenciação e mensuração de seus ativos imobilizados, em conformidade com o que é orientado pelas IPSAS, para isso, serão realizadas pesquisas bibliográficas concernentes ao assunto abordado, dados e informações junto ao Tribunal de Contas do Estado, referentes às demonstrações contábeis, Portal da Transparência da Gestão Pública do Governo Municipal, caracterizando-se essa pesquisa como descritiva e explicativa de caráter qualitativo.

Para Carvalho (2015) Diante das fundamentações expostas, temos que a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre pesquisa exploratória e explicativa, ou seja, não é tão preliminar quanto a primeira nem profunda quanto a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Para Barbosa (2014) Durante a realização da pesquisa, o pesquisador utiliza-se de métodos adequados que organizam o trabalho investigativo com vistas a esclarecer os questionamentos e dúvidas, tendo em vista ser o objetivo do estudo.

Segundo Severino (2016) No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Desta forma, com base nas análises dos relatórios gerenciais e balanços gerais da Prefeitura de Fortaleza Ceará de 2008 a 2018, foram elaborados quadros resumos, que exprimem os principais procedimentos a serem adotados quando da correta evidenciação, reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado, e se esses procedimentos foram observados nos exercícios dos anos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico da pesquisa são apresentados os resultados das análises feitas nos relatórios gerenciais e balanços gerais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, obtidos por meio do Portal da Transparência. Os exercícios analisados compreendem o período de 2008, data em que foram publicadas pelo CFC, as resoluções que aprovaram as NBCT SP (Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) a 2018.

Quadro 1: Reconhecimento inicial do ativo.

| Procedimento Contábil | Exercícios Financeiros | | | | |
|---|------------------------|------|------|------|------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Foi realizado o reconhecimento inicial dos bens móveis conforme orientação do MCASP? | S | S | S | S | S |
| Foi realizado o reconhecimento inicial dos bens imóveis conforme orientação do MCASP? | N | N | N | N | N |
| Os critérios de mensuração inicial foram divulgados em nota explicativa? | S* | S* | S* | S* | S* |
| Após reconhecimento inicial algum item do imobilizado foi reavaliado? | N | N | N | N | N |
| O saldo da conta de imobilizado foi evidenciado nos balanços patrimoniais e notas explicativas? | S* | S* | S* | S* | S* |

Fonte: Balanços Gerais da Prefeitura de Fortaleza de 2008 a 2018. Elaborado pelos autores. Legenda S=Sim. N=Não. S*=Em parte

Conforme observado no quadro 1, no período de 2014 a 2018 a prefeitura evidenciou o reconhecimento apenas dos bens móveis, como também os critérios de mensuração inicial, sendo os mesmos registrados com base no custo de aquisição, referente aos bens imóveis, de acordo com notas explicativas, a prefeitura iniciou em 2017 em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) um levantamento dos bens que foram incorporados ao município, bem como, o desenvolvimento de um sistema de gestão de bens imóveis que possibilite o adequado registro e controle dos mesmos, a previsão para o reconhecimento dos mesmos está prevista para 2019.

No que se refere ao período de 2008 a 2013 a Prefeitura não possuía um sistema adequado para registro e controle dos ativos imobilizados, o que consequentemente impactou na evidenciação dos mesmos nos demonstrativos contábeis desse período, não observando nenhum dos procedimentos supracitados no quadro 1.

No que diz respeito a evidenciação em balanço patrimonial e nota explicativa, somente os bens móveis atenderam os dois requisitos, os bens imóveis possuem um saldo em balanço patrimonial, mas não existem notas explicativas com a composição dos mesmos. Percebe-se também que não foi divulgado no período se houve a necessidade de reavaliação de algum item do imobilizado, descumprindo esses requisitos a entidade se distanciou do objetivo da mensuração, que é: Selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços,

a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (Accountability) e tomada de decisão. (NBC TSP Estrutura Conceitual, 2016).

Quadro 2: Eventos que alteram o ativo imobilizado (Bens Móveis)

| Procedimento Contábil | Exercícios Financeiros | | | | |
|---|------------------------|------|------|------|------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Foi realizada a depreciação mensal dos itens do ativo imobilizado? | S | S | S | S | S |
| O saldo acumulado de depreciação foi evidenciado em balanço patrimonial ou nota explicativa? | S | S | S | S | S |
| Foram divulgados os métodos de depreciação utilizados, bem como a vida útil do bem e taxa de depreciação? | S* | S | S | S | S |
| Foram divulgadas as alienações de itens do ativo imobilizado? | S | S | S | S | S |
| Foram realizados testes de <i>Impairment</i> (Redução ao Valor Recuperado)? | N | N | N | N | N |

Fonte: Balanços Gerais da prefeitura de Fortaleza de 2008 a 2018. Elaborado pelos autores.

Legenda S=Sim. N=Não. S*=Sim, em parte

No período de 2008 a 2013, nenhum dos procedimentos listados no quadro 2 foram executados. Percebe-se que desde de 2014 vem sendo realizada e evidenciada por meio de notas explicativas, a depreciação mensal dos bens móveis, como também os métodos utilizados. Conforme consta em nota explicativa, o método que vem sendo utilizado pela prefeitura é o Linear ou das Cotas Constantes, que consiste na utilização de taxa de depreciação constante conforme vida útil estimada para os bens.

O ano de 2014 para a entidade, foi um momento de transição, até então os itens do ativo não eram reconhecidos nem mensurados com base nas normas, fez-se necessário portanto, realizar um inventário dos itens adquiridos até a data de 31 de dezembro de 2013 e reavaliá-los para um valor justo condizente com a realidade, somente a partir desse novo valor foram iniciados os procedimentos de depreciação dos itens já adquiridos, os itens obsoletos ou não localizados fisicamente foram baixados como perda e a diferença de saldo entre 31/12/2013 e após a reavaliação foi reconhecida como Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme orienta o MCASP. Nesse mesmo ano não foram divulgadas as taxas de depreciação utilizadas nem a vida útil do bem, somente a partir do ano de 2015.

A não divulgação tanto da depreciação acumulada como das perdas por irrecuperabilidade e possíveis reversões de perdas, descumpra o disposto no Art. 6º da resolução 750/93, que trata do princípio da Oportunidade, onde este “refere-se ao processo de mensuração

e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas”.

Desta forma, percebe-se que os dados coletados para análise correspondem aos objetivos da pesquisa, demonstrando a execução do reconhecimento, mensuração e evidenciação do patrimônio imobilizado da Prefeitura Municipal de Fortaleza no período proposto de 2008 a 2018, destacando o que orienta a legislação vigente no que se refere aos procedimentos contábeis necessários para o devido registro e controle dos ativos imobilizados da Prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade pública brasileira está em processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, diante disso, o presente trabalho procurou responder ao seguinte problema: A Prefeitura Municipal de Fortaleza Ceará, executou adequadamente, no período de 2008 a 2018 a evidenciação e mensuração do ativo mobilizado com base nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público? Conclui-se com base nos resultados, que a Prefeitura não executou adequadamente as normas internacionais em sua totalidade, está ainda em fase inicial de implantação dos procedimentos.

Para tal averiguação a presente pesquisa teve o objetivo geral de verificar se a Prefeitura Municipal de Fortaleza Ceará, no período de 2008 a 2018 está executando a evidenciação e mensuração de seu ativo imobilizado, com base nos procedimentos determinados pelas IPSAS, objetivo foi atingido, pois verificou-se por meio da análise de resultados que a prefeitura começou a observar as orientações da Normas a partir do ano de 2014.

Teve-se por objetivo específico evidenciar as mudanças provocadas pelo processo de convergência às normas internacionais, quanto a mensuração e evidenciação do patrimônio imobilizado público, evidenciou-se que as normas propiciaram um enfoque patrimonial a entidade antes não abordado.

Já o segundo objetivo específico foi identificar o que exige a legislação vigente em relação à contabilidade pública voltada para o registro e controle de seus ativos imobilizados. Identificou-se que através das Normas do CFC e portarias do STN, a contabilidade pública tem procurado atender as demandas do seu objeto de estudo: o patrimônio público.

REFERÊNCIAS

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2008. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/Balanco_2008.pdf

Balanco Geral da prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2009. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/Balanco_2009.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2010. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/Balanco_2010.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2011. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/Balanco_2011.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2012. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco_2012.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2013. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco_2013.pdf

Balanco Geral da prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2014. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco_2014.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2015. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco_2015.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2016. Disponível em: https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco_2016.pdf

Balanco Geral da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ano 2017. Disponível em https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco-2017_.pdf

Balanco Geral da Prefeitura de Municipal de Fortaleza, ano 2018. Disponível em : https://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/phocadownload/downloads/Planejamento/balanco_2018.pdf

BARBOSA, Thaís Ferraz. **Análise bibliométrica dos principais periódicos nacionais de administração e contabilidade nos períodos de 2012, 2013 e 2014.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CARVALHO, Francisco. **Introdução à Metodologia do Estudo e do Trabalho Científico** 4ª ed. 2016.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública Teoria e Prática** 14ª ed. 2014

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª ed. 2014 Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773

Normas Internacionais de Contabilidade Para o Setor Público, 2010. Disponível em:
https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf

NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2016. Disponível em:
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP07.pdf>

NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Disponível em:
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

O Brasil e as IPSAS, 02 de junho de 2017. Disponível em:
<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=4517>

Portaria MFN nº 184, de 25 de agosto de 2008. Disponível em
<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2008/portaria184>

Portaria STN nº 634 de 21 de novembro 2013. Disponível em:
http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/544209/portaria_stn_634_2013_processo_convergencia.pdf

Portaria STN nº 584 de setembro de 2015. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/653221/Item+1+-+PIP+CP+-+Anexo+Portaria+548-2015.pdf/02621710-aeb1-43ca-8289-db115cf68356>

Resolução CFC nº 750 de 1993. Disponível em:
http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.pdf

Resolução CFC nº 1.137/18. Disponível em:
http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1137.pdf

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico** 24ª ed. 2016